



Associação de Docentes do Colégio Pedro II

Boletim Eletrônico nº 19.2018

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

ELEIÇÕES 2018: AVALIAÇÕES E DESAFIOS

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Analisar o último processo eleitoral não é tarefa das mais fáceis, sobretudo se consideramos seu caráter atípico e, dentre outros motivos, pelo papel que tiveram as redes sociais e os meios digitais. Talvez seja preciso esperar que a História, recorrendo a fontes mais confiáveis, construa outras narrativas. Nessa perspectiva, mais que análises, apresentamos depoimentos – considerações apenas.

Entendemos que processos eleitorais são um dos pilares de sociedades democráticas representativas nos quais se põem em disputa projetos de governo. Formulados em programas, esses projetos precisam ser esclarecidos e suscitar, por meio de debates, argumentos consistentes em sua defesa ou recusa para que as escolhas por parte dos eleitores possam ser feitas.

Foi esse entendimento de política e as leituras e análises que fizemos dos programas dos candidatos à presidência da República que nos levaram – Diretoria e Conselho de Representantes da ADCP II – a declarar nossa escolha pela candidatura de Fernando Haddad. Rejeitamos o projeto defendido por Jair Bolsonaro na medida em que o entendemos como um projeto conservador de ataque aos direitos dos trabalhadores, aos direitos humanos e, sobretudo, às políticas culturais e educacionais. Enfim, rejeitamos o projeto de Bolsonaro porque representa a consolidação da política neoliberal perversa em curso desde o Golpe de 2016 e da retirada de Luís Inácio Lula da Silva da disputa presidencial.

Fomos às ruas conversar sobre as propostas dos candidatos, movidos pelo firme propósito de, dentre outras razões, desconstruir a avalanche de *fake news* que invadiram as redes sociais. Nessas conversas e nesses encontros – na porta dos *campi* do CP II, e em tantos outros espaços do Brasil e no mundo – medo e ódio marcaram o processo eleitoral. Ódio que resultou na morte de Moa do Katendê, na quebra da placa em homenagem à Marielle Franco, na retirada de faixas nas universidades em invasões não autorizadas, em depoimentos contra o poder judiciário, dentre tantos outros atos de horror.

Acompanhamos na imprensa mundial, políticos, pesquisadores, jornalistas e artistas alertando sobre o perigo que representava para a democracia a candidatura de Jair Bolsonaro. Horrorizamos-nos a cada depoimento proferido pelo então candidato do PSL contra mulheres, quilombolas, indígenas, comunidades LGBTI, movimentos sociais e ativistas. Vimos, ao vivo e a cores, Bolsonaro proferir ameaças de prisão e exílio aos seus opositores e louvar a ditadura militar.

Diante do espetáculo de horrores, sem nos deixarmos dominar pelo medo, ocupamos as ruas no movimento que se popularizou como “Vira Voto” e, aplaudimos a construção embrionária de uma unidade das forças progressistas, embora, lamentássemos a ausência de outras forças que, padecendo do mal que chamamos de cegueira política, não se apresentaram.

Nossos esforços não foram em vão. Renderam-nos a renovação da esperança na força dos processos de mobilização popular e a certeza de termos 47 milhões de brasileiros e brasileiras como parceiros nas lutas necessárias que precisaremos travar com a condução de Jair Bolsonaro à presidência da República.

AGENDA DE LUTAS

Não se fez necessário aguardar o dia 1º de janeiro de 2019 para termos ideia do que representará o mandato do capitão reformado Jair Bolsonaro. O governo ilegítimo de Michel Temer e o próximo de Bolsonaro se apressam em aprovar a cruel Reforma da Previdência e o inconstitucional Projeto Escola Sem Partido (ESP).

Em reunião, no dia 6 de novembro de 2018, a Diretoria e o Conselho de Representantes da ADCPII, após uma rodada de avaliações, aprovaram uma agenda de mobilização que nos possibilite resistir, dentre outros, aos ataques que representam a aprovação desses dois projetos: a Reforma da Previdência pelo agravamento da política de retirada de direitos, e o ESP por contrariar *a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber* e o *pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas* garantidos na Constituição e na LDB.

Confira a seguir a agenda aprovada na reunião, divulgue-a nas suas redes sociais e nas conversas com seus colegas de trabalho e estudantes. Informe-se sempre utilizando sites oficiais dos movimentos sociais. Atuemos divulgando as informações veiculadas nesses sites. Não reforce a “bolha” de *fake news*. Pesquise antes de “passar adiante”!

1. Informativos sobre as temáticas a serem divulgados nos canais digitais da ADCPII e através de Comunicados Impressos distribuídos a todos da/na comunidade do CPII. O primeiro tema ESP em breve no site, no Facebook e distribuído em meio impresso.
2. Rodas de conversas da Diretoria e do Conselho de Representantes com servidores e estudantes nos *campi*.
3. Criação de Grupo de Estudo. O primeiro acontecerá na próxima terça-feira, dia 13 de novembro de 2018, às 18:30 na ADCPII e terá como temática **análises da conjuntura atual**.
4. Participação da Diretoria e do Conselho de Representantes nos seguintes movimentos já com os trabalhos iniciados:
 - ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e UNE – apoio e participação do calendário conjunto ainda em 2018 que prevê um dia de mobilização em defesa da educação, em dezembro, com conferência para debater a educação pública e audiência pública no Congresso Nacional.
 - Participação na FRENTE NACIONAL ESCOLA SEM MORDAÇA a ser relançada após proposta aprovada em 1º de novembro de 2018 na sede do ANDES-SN em Brasília.
 - Acompanhar a Ação Educação Democrática a ser lançada no primeiro semestre de 2019 por iniciativa da ANPEd.

PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

ESCOLA COM PARTIDO ÚNICO? NÃO FAZEMOS! NÃO QUEREMOS!

E não há quem ponha um ponto final na história.
Conceição Evaristo

Vivemos no último dia 28 de outubro a conclusão do processo eleitoral para a escolha do 38º ocupante da presidência do país. Jair Bolsonaro foi o escolhido pela maioria dos que votaram válido e o processo de transição entre o atual governo federal e o “novo” caminha a passos largos. Um dos pontos destacados pelo eleito no discurso realizado após a apuração, ainda no dia 28, foi o compromisso com a Constituição, a democracia e a liberdade. Apenas dois dias depois, no entanto, parlamentares de seu campo político recolocaram em pauta, em Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a apreciação do relatório favorável ao projeto “Escola Sem Partido”, também denominado por nós, educadores, de “Escola Com Censura”, “Escola de Partido Único” ou “Lei da Mordaça”, por cercear a atuação docente e o debate nas escolas.

O projeto de lei em análise na câmara, PL 7180/2014, do Deputado Erivelton Santana (PSC/BA), altera a LDB, lei 9394/96, incluindo entre os “princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

O projeto de lei se ancora na defesa de uma pretensa e impossível “neutralidade” na atuação docente, limitando a manifestação de opiniões e a participação política dos estudantes. É uma resposta à suposta doutrinação que aconteceria nas escolas em relação a questões de gênero e sexualidade, uma das alavancas utilizadas na candidatura Bolsonaro à Presidência. Inviabiliza qualquer discussão ou mesmo tomadas de posição que busquem considerar a diversidade de explicações possíveis para qualquer fenômeno ou evento ou a busca de acordos coletivos. Propõe que sejam afixados cartazes nas salas de aula com os deveres dos professores e que sejam criados canais de denúncia, feitas pelos estudantes, dos docentes que não cumpram a lei. É proposto para todas as escolas e Universidades **públicas** brasileiras. Foram apresentados diversos projetos similares pelo País, em mais de 90 casas legislativas estaduais e municipais -- os primeiros de autoria dos filhos de Jair Bolsonaro, na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Rogério Diniz Junqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em recente palestra na UERJ, apontou que, nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, houve a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” o principal mote em suas mobilizações. Foi iniciado na Igreja Católica, pelo Vaticano, em resposta ao avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais, transgêneros e outros dissidentes da “norma” sexual e de gênero, após duas Conferências da ONU – a Conferência Internacional sobre População, no Cairo (de 1994), e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (de 1995). Com simpatizantes em diversos países, como Alemanha, França, Estados Unidos, Colômbia e México, a ofensiva antigênero teve em Joseph Ratzinger, principalmente no período em que foi Papa, um de seus expoentes e principais divulgadores, hoje ganhando defensores conservadores em mais de 50 países.

As cruzadas antigênero, supostamente em nome da “defesa das crianças”, empenham-se em obstruir propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Defendem a primazia da família na educação moral dos filhos, atacando os currículos e a liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não ideológica” ou a uma “escola sem gênero”, no Brasil, a uma “escola sem partido”. Valendo-se de uma artimanha retórica, ao cunharem a expressão “ideologia de gênero”, simplificam e descontextualizam um vasto e complexo campo de estudos (relativos a gênero e sexualidade), reduzindo-os a *uma* teoria, pretendendo minar seu potencial analítico e político e buscando criar a ilusão de um inimigo comum e personificado a ser demonizado.

Da mesma forma que incrementaram a mobilização de grupos conservadores antigênero, os projetos de lei sobre o assunto provocaram a reação dos professores e professoras em todo o país, que reafirmam, como princípios de uma educação democrática, **a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber** e o **pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas** (incisos II e III, artigo 206 da Constituição Federal de 1988). Mobilizam-se em grupos virtuais e presenciais para defender essa liberdade.

Diferentes ações diretas de inconstitucionalidade foram impetradas contra o projeto, inclusive uma liminar concedida à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para a suspensão do projeto em Alagoas. O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, arguiu o Supremo Tribunal Federal (STF) por descumprimento de preceito fundamental, se aprovado o projeto. A primeira ação será julgada ainda este mês pelo STF. Notas técnicas sobre o projeto podem ser encontradas em <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/documentos/>.

Na última semana, a votação do projeto foi cancelada, graças à mobilização de entidades e parlamentares, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O parecer do deputado Flavinho, relator desta comissão, foi pela constitucionalidade e deverá ser reapresentado ainda esta semana. Se aprovado na comissão, o projeto segue direto para o Senado e posteriormente, para análise da presidência da República. Para ir à votação no plenário da Câmara, o projeto precisa que um décimo dos parlamentares, 51, assinem o pedido para que ele entre em pauta.

Não houve um ponto final nesta história. Para impedirmos que este projeto amordace os professores, toda nossa mobilização será necessária: pressão sobre os parlamentares do Congresso, conversas com responsáveis sobre a ilegalidade e a inviabilidade do projeto, acionamento de meios judiciais. Não fazemos e não queremos uma escola de pensamento único, de partido único!

Você presenciou ou passou por algum caso de assédio ou censura por motivos políticos? Entre em contato com a ADCPII. Seguem aqui alguns links para denúncia:

- Para casos de perseguição em redes sociais ou aplicativos de conversa:

Safernet: <https://new.safernet.org.br>

Ministério Público: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/sac>

- Para casos de tentativas de implantação de projetos de lei ou medidas executivas que ataquem as liberdades docentes:

Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/.../.../sala-de-atendimento-ao-cidadao>

VAMOS CONTRIBUIR COM A MOBILIZAÇÃO CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO?

Há uma enquete na página da Câmara a respeito do projeto no endereço <<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/606722>> . Que tal votar lá?

Sugerimos o seguinte email, elaborado pelo ANDES, para ser enviado a todas e todos os membros da comissão especial *Escola sem Partido*.

Deputado/a,

O projeto "escola sem partido" e a campanha contra a discussão sobre a construção social do gênero na educação tem alcançado níveis antidemocráticos alarmantes.

Como tem mostrado uma série de reportagens, de materiais produzidos por movimentos sociais, e a maior parte da produção nacional sobre educação, o que esse movimento chama de "doutrinação" é na verdade nada mais do que cumprir na educação valores sacramentados pela Constituição Cidadã de 88: a busca de uma sociedade justa e igualitária.

Da mesma forma tem acontecido com o debate sobre gênero. Gênero enquanto categoria de análise tem sido uma ferramenta amplamente utilizada por ciências diversas no mundo todo porque se demonstrou muito rica e frutífera para entender a organização das sociedades ao longo do tempo histórico no que diz respeito ao que foi e o que é ser homem, ser mulher, ser homossexual, ser transexual.

Ao contrário do que campanhas obscurantistas defendem, não há nenhum direito ou liberdade familiar sendo violado nessa campanha - a não ser, óbvio, o direito de quaisquer famílias praticarem algum tipo de violência contra algum/a de seus membros. Tendo esses casos por exceção, o uso político do termo gênero tem como objetivo a luta por mais direitos e pela manutenção dos que já temos. Por isso que o combate contra as questões de gênero na educação mostra uma face autoritária e violenta da nossa política, a qual não devemos alimentar.

Tendo essas questões em vista, deputado/a, sou contra a aprovação do substitutivo apresentado pelo relator Flavinho e de todos os projetos analisados por essa comissão que concordam com as premissas do movimento "escola sem partido" e parecidos. Nesse momento, ser contra o "escola sem partido" é ser a favor da democracia brasileira.

LISTA DE EMAILS DOS DEPUTADOS DA COMISSÃO

dep.rodrigomaia@camara.leg.br
dep.bacelar@camara.leg.br
dep.alanrick@camara.leg.br
dep.antonibulhoes@camara.leg.br
dep.darcisioperondi@camara.leg.br
dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br
dep.hildorochoa@camara.leg.br
dep.joaocampos@camara.leg.br
dep.josuebengtson@camara.leg.br
dep.lincolnportela@camara.leg.br
dep.marcosrogerio@camara.leg.br
dep.pastoreurico@camara.leg.br
dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br
dep.carlosandrade@camara.leg.br
dep.josecarlosaleluia@camara.leg.br
dep.juniormarrec@camara.leg.br
dep.jeffersoncampos@camara.leg.br
dep.paulofreire@camara.leg.br
dep.joaquimpassarinho@camara.leg.br
dep.fabiosousa@camara.leg.br

dep.flavinho@camara.leg.br
dep.rogeriomarinho@camara.leg.br
dep.izalcilucas@camara.leg.br
dep.ricardoizar@camara.leg.br
dep.leodebrito@camara.leg.br
dep.pedrouczai@camara.leg.br
dep.professoramarcivania@camara.leg.br
dep.pompeodemattos@camara.leg.br
dep.delegadofrancischini@camara.leg.br
dep.juniormarrec@camara.leg.br
dep.pr.marcofeliciano@camara.leg.br
dep.robertoalves@camara.leg.br
dep.sostenescavalcante@camara.leg.br
dep.erikakokay@camara.leg.br
dep.joaquimpassarinho@camara.leg.br
dep.sorayasantos@camara.leg.br
dep.atilalira@camara.leg.br
dep.ezequielteixeira@camara.leg.br
dep.glauberbraga@camara.leg.br
dep.jeanwyllys@camara.leg.br

#EUDEFENDOOCPII

A Diretoria da ADCPII repudia os ataques ocorridos no *Campus Realengo II*, após o 2º turno das eleições nos quais estudantes se utilizaram da bandeira nacional em flagrante desrespeito ao símbolo maior da nação brasileira. Aproveitamos este espaço para louvar e divulgar o documento a seguir por entender que em seu conteúdo se reforça a finalidade da educação estabelecida em dispositivos infralegais que regulamentam a educação no Brasil, bem como as finalidades a serem alcançadas no ensino no Colégio Pedro II: “educar para o convívio respeitoso diante de toda a diferença, incluindo opiniões políticas”.

“Símbolo nacional maior, nossa bandeira é motivo de orgulho e respeito no Colégio Pedro II. Fundado ainda no período imperial, nosso Colégio já hasteava as cores da família de seu fundador. Pedro II foi notório entusiasta do conhecimento e, de forma ímpar no país, buscava ampliar a educação para a sociedade brasileira. Alunos do Imperial Colégio Pedro II hasteavam a bandeira mesmo antes de sua representação da República que proclamaria um Estado Laico baseado nos ideais positivistas de ordem e progresso. Hoje construímos junto aos nossos alunos a consciência do nacionalismo cidadão. Nossa bandeira simboliza uma República Democrática sólida que assegura o Estado de direitos de cada cidadão brasileiro. O orgulho que alunos e servidores do Colégio Pedro II sentimos por nossa bandeira, e por tudo que ela representa, une passado e presente. É com esse respeito e sentimento de orgulho e esperança que a bandeira é hasteada nos pátios de cada campi de nossa instituição quando seus alunos cantam o hino. A educação para a cidadania é construída cotidianamente junto aos alunos. E é essa consciência cidadã que se coloca como limite para o uso político eleitoral provocativo de nosso símbolo maior. É preciso educar nossos alunos ao convívio respeitoso diante de toda a diferença, incluindo opiniões políticas. Continuamos, onde sempre estivemos, aliados ao nosso dever constitucional de educar para a cidadania e para o respeito ao Estado democrático de direito e da bandeira que o simboliza.”

Diretor- Geral do *Campus Realengo II*

FESTA DO DIA DO PROFESSOR

No último dia 20 de outubro, no Bar do Ernesto na Lapa, a ADCPII promoveu sua tradicional feijoada para comemorar o Dia do Professor. Foram momentos super aprazíveis, ao som de uma boa música e propiciando encontros dos amigos.

Ao final, foram sorteados livros e camisas da ADCPII para os associados e seus acompanhantes, e de sobremesa, um delicioso bolo para comemorar mais um ano de luta e amizade entre os professores.



Veja mais fotos clicando aqui

INAUGURAÇÃO DA NOVA SALA DA ADCPII

Aguardem! Em breve, inauguração da nova sede da ADCPII!

CAMPANHA DE DOAÇÃO DE LIVROS

Este ano fomos votar com um livro para ressaltar a importância de um governo que privilegie a educação. Alguns pensaram em esquecer os livros por aí, mas foi cogitado que poderia ser encarado como propaganda eleitoral. Então, resolvemos fazer uma campanha de doação de livros para as Bibliotecas da Maré, como forma de fortalecer a educação dos cidadãos daquela região.

A ADCPII estará recebendo os livros doados para distribuir entre a Biblioteca Popular Jorge Amado e a Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto até o dia 19 de dezembro.

Quem quiser participar, leve seu(s) livro(s) à sede da ADCPII.

ENCONTRO DE APOSENTADOS

O próximo encontro será no dia 29 de novembro, quinta-feira, a partir das 10h. A programação consistirá num passeio ao Museu da República e seus jardins, seguido de almoço na Casa Julieta de Serpa.

Os interessados deverão se inscrever na ADCPII, a partir do dia 9 de novembro, ou por telefone.

Ponto de encontro: Jardins do Museu da República às 10h.



PLANTÕES JURÍDICOS

Dúvidas trabalhistas? Informações sobre Carreira Docente, Regime de Trabalho, direitos da categoria?
Venha conversar pessoalmente com nossa Assessoria Jurídica
na sede da Associação, em São Cristóvão.

Os plantões de novembro nos dias 08 e 28.

O plantão de dezembro no dia 13.

Das 11h 30min às 13h 30min.